

Jornalismo e Política: O Triângulo “Sistema”, “Esfera pública” e “Mundo da Vida”¹

João Carlos Correia²
Universidade da Beira Interior

Resumo

Este texto recorre a várias correntes da Teoria Social (Teoria dos Sistemas, Fenomenologia e Teoria Crítica) para se referir a três conceitos (“sistema”, “mundo da vida”, “esfera pública”) como pedras basilares em torno das quais se processa a ambivalência do jornalismo moderno nas suas relações com a cidadania. Ao lado destes contributos da Teoria Social, descobrem-se outros provenientes da Linguística, dirigidos para a compreensão das dinâmicas complexas e plurais que, ao nível dos enunciados, traduzem a dimensão social e contextual. Com este texto retomam-se temas que foram especialmente estudados com especialistas brasileiras da Universidade Federal de Recife, com duas componentes essenciais: a) Uma explanação teórica mais vasta; b) algumas questões de natureza metodológica relacionadas com uma abordagem ao discurso jornalístico.

Palavras-chave

Jornalismo; Cidadania; Esfera Pública; Sistema; mundo da vida

Corpo do trabalho

I

Apresentar uma área de conhecimento em formação não é uma tarefa fácil nem grata, sobretudo quando tal acontece com as Ciências da Comunicação, área que, além de se encontrar no cruzamento de muitas dimensões do conhecimento e da vida prática, reúne em torno de si tipos variados de interesse. É natural que se tenham despertado abordagens muito variadas sobre as teorias e mesmo sobre a própria natureza do processo comunicacional, o que dificulta qualquer trabalho de síntese e torna difícil a

¹ Trabalho apresentado no I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, Portugal; email:jcorreia@ubi.pt.

formulação de afirmações categóricas.

A relação entre jornalismo e cidadania é um justamente um dos temas mais discutidos numa área onde confluem disciplinas de recorte ainda impreciso: Teorias do Jornalismo, Estudo dos Media e outras de tradição bem definida como sejam Epistemologia, Sociologia do Conhecimento e Teoria Política.

As relações entre o jornalismo e a deliberação democrática foram, desde logo, objecto de tratamento explícito pela Teoria Crítica, com a Escola de Frankfurt, Habermas (1982; 1996) e, recentemente, Tod Gitlin (1980); pela Teoria dos Sistemas, em especial graças aos contributos de Luhmann (1992) e, em especial, de Jay Blumer e de Michael Gurevitch (1995); e, pelos Estudos Culturais, graças ao empenho do grupo de Stuart Hall (2002) em aplicar semiologia a esta área de estudo.

A Fenomenologia teve uma presença mais indirecta e menos explícita neste percurso, apesar da importância que os estudos de Alfred Schutz (1975; 1976) têm para o conceito de enquadramento e para a teoria da construção social da realidade, em especial no trabalho desenvolvido por Gaye Tuchman (1978). Assim, conceitos como o de tipificação demonstraram ter uma importância considerável para o desenvolvimento do enquadramento, cuja importância nos efeitos do jornalismo sobre a opinião pública é conhecida, apesar de ainda não ter sido integralmente explorada.

Finalmente, a linguística começa a tornar cada vez mais notório o seu contributo graças ao facto de um número crescente de pesquisas ter percebido a importância que o trabalho de Bakhtin (2000) transporta para um entendimento complexo e multifacetado das noções de cidadania. Será, assim, possível pensar o jornalismo e a cidadania, de uma forma coerente e não eclética, usando elementos provenientes de diversas tradições das ciências sociais e da Linguística.

II

Para além do conjunto de justificações de natureza genérica atrás aduzidas, importa justificar o caminho específico que proponho e quais os motivos que se apresentam para uma escolha desta natureza.

No horizonte que aqui se define para o estudo do jornalismo como instância social, recorre-se aos conceitos de Mundo da Vida Social, especialmente abordado por Schutz ; Espaço Público (Habermas) e Sistema (Luhmann). Oriundas de três campos distintos da Sociologia e da Filosofia Social (Teoria dos Sistemas, Teoria Crítica e Fenomenologia do Mundo Social) qualquer destas três correntes teve por referência uma distinção conceptual do respectivo objecto que implicava a referência a qualquer dos seus outros dois vizinhos: Luhmann (1992: 69-70; 72; 1980: 27) refere-se aos sistemas e denega, com particular veemência a importância teórico do espaço público e do mundo da vida, que remete para o campo das ilusões teóricas. Schutz (1976: 95-106) descreve o carácter muitas vezes rotineiro, conformista e exclusivo do mundo da vida, um mundo onde predomina a adaptação mais do que formas de integração baseadas num qualquer uso reflexivo da razão. Finalmente, Habermas dará primazia teórica ao espaço público, com até ao período que se inicia com “Técnica e Ciência como ideologia” (1987 a) e prossegue “Teoria do Agir Comunicacional” (1987 b). Mesmo aí, a sua descrição do mundo da vida mais não representa do que tenta encontrar um fundamento antropológico para as formas de entendimento argumentativo que julga mais adequados à modernidade democrática.

Porém, o que nos interessa são os conceitos e a centralidade que eles adquiram no pensamento social contemporâneo. Cada um deles é produto de um esforço teórico para isolar um elemento social que considera decisivo por razões analíticas, ontológicas ou outras. Aos nossos olhos, mais do que procurar levar por diante as discussões que estão por detrás destas teorias e dos debates entre elas, importa realçar que cada um destes conceitos representa uma dimensão incontornável de análise social das relações entre jornalismo e sociedade na modernidade tardia.

Esta abordagem tem a vantagem de contemplar as formas de racionalidade mais marcantes das sociedades contemporâneas: do lado do sistema, uma primeira forma de racionalidade particularmente centrada na eficácia e no instrumentalismo, que se dá a conhecer em especial nos sistemas político e económico e que é objecto de um estudo pela Teoria dos Sistemas; do lado do mundo da vida uma forma de racionalidade preferencialmente centrada na transmissão de valores e na aculturação, e, finalmente, no caso do espaço público, uma racionalidade que, finalmente, se centra na *praxis* e na política e que apela ao exercício da reflexão, da participação cívica democrática, de natureza emancipatória e civilista, tal como foi evocada, entre outros, por Habermas

(1982), Arendt (1986), Arato e Cohen (1995), entre outros.

Na verdade, este aparente “monstro” resulta de uma confluência que nada tem de artificial nem de misterioso. Passamos a vida a falar das relações entre o jornalismo, o sistema político e o sistema económico, receando que estas duas formações sistémicas dissolvam, neutralizem ou relativizem os imperativos deontológicos do campo dos *media*. Ora, não é possível conhecer os contornos desta ameaça sem uma caracterização do que se entende por sistema e que tipo de configurações pode adoptar as relações entre sistemas diferenciados.

Insistimos nos imperativos democráticos do jornalismo e parece-nos de um bom senso relativo que estes imperativos tenham a ver com noções como sejam as de esfera pública e opinião pública, pois sabemos que o jornalismo moderno está ligado ao princípio da publicidade, no sentido moderno do termo. Multiplicam-se, por isso, os estudos sobre a influência do jornalismo na opinião pública, percorrendo uma tradição fértil da Sociologia da Comunicação que, só para dar alguns exemplos, percorrem a vastíssima disciplina dos efeitos sociais dos *media*. Reconhece-se que o jornalismo serviu de trave a uma parte da esfera pública do século XVIII graças à sua função publicista. Os novos *media*, por seu lado, constituem-se como uma oportunidade de gerar tensões contraditórias, ora originando potencialidades democráticas, ora despertando possibilidades que tornam tangível a possibilidade de transformação no espaço público.

Finalmente, insistimos no gosto que nos daria o facto de o jornalismo estar próximos dos cidadãos, reflectindo e influenciando a sua vida quotidiana, para a que a informação sobre as questões que dizem respeito à cidadania não fossem apenas meras ficções racionalistas que nada dissessem à maioria das pessoas que integram as audiências. Para que isso acontecesse, diversas abordagens disseram ser preciso analisar as relações entre razão e vida quotidiana, entre o senso comum e a racionalidade crítica, entre a vida do dia a dia e outras províncias de significado mais complexo como sejam a do espaço público e da intervenção cívica. Críticos comunitaristas, defensores das potencialidades democráticas da ideia de proximidade insistiram nesta “tecla.” Tratar-se-ia de produzir mensagens que não fossem destinadas ao mero consumo dos tempos vazios mas que dissessem respeito à “própria vida” dos públicos, entendida esta “própria vida” como a sua quotidianidade. Em suma, tentar-se-ia superar “o corte entre as elites e o resto das pessoas”, considerado um efeito dos *media* de massa. Tratar-se-ia, enfim, de superar a

massificação, resultantes do gigantismo introduzido pela modernidade e pela consequente transformação da noção de espaço, tentando voltar a relacionar os assuntos que dizem respeito ao espaço público com a própria vida quotidiana. Um conceito essencial para esta análise é, naturalmente o conceito de mundo da vida.

III

Recentemente, um conjunto de abordagens teóricas veio tornar possível uma articulação destes três conceitos, de uma forma profícua para a análise das relações entre jornalismo e cidadania. Como pano de fundo, a esfera pública emerge como a estrutura comunicativa de uma instância marcada pela informalidade e pela espontaneidade separada do Estado constituída pelas associações voluntárias de natureza não governamental e não económica e que, sintonizadas com a forma como os problemas de natureza social ressoam nas esferas da vida privada, amplifica, racionaliza e tematiza tais problemas de forma a serem considerados e abordados no plano da esfera pública formal e do sistema político.

Neste núcleo institucional, incluem-se todas as formas de associação voluntária como sejam igrejas, associações culturais, academias, *media*, clubes de lazer, sociedades de debate, grupos de cidadãos, partidos políticos, e instituições alternativas. Esta instância surge, deste modo como a base social para formação de opinião e de vontade entre cidadãos voluntariamente associados (Habermas, 1982: 154) e afirma-se enquanto esfera de interacção social acoplada aos domínios privados do mundo da vida e separada do Estado, do economia e dos restantes sistemas funcionais. A sua configuração institucional implica a sensibilidade para o pluralismo de formas de vida; o compromisso com uma ideia de publicidade orientada no sentido do pluralismo de vozes, formas de vida e de crenças, atenção aos problemas emergentes no domínio do privado, atenção esta orientada por um conjunto de garantias jurídicas têm o seu fundamento último no respeito pelos direitos do homem.

O público generalizado de cidadãos a partir da esfera privada, busca interpretações públicas para os seus interesses e experiências, influenciando na formação institucionalizada da opinião. O espaço público garante a relação entre a vida quotidiana e a vida política do Estado. Pelo menos uma parte das leis que regulam a actividade institucional do

Estado é legitimada pelas práticas discursivas racionais dos seus destinatários e representantes e implicando mecanismos de formação de vontade e da opinião pública, que emergem do espaço público como instância autónoma de dinamização da sociedade civil.

Esta instância social implica o exercício dialógico da razão com a conseqüente emergência da publicidade como forma constitutiva do Estado moderno; e a interacção, entendida no seu sentido mais lato, isto é como exercício em comum do entendimento com vista à partilha e legitimação de acções e opiniões, com base no uso da racionalidade.

Os sistemas, por um lado, surgem na sequência de processos de secularização e de diferenciação funcional suficientemente desenvolvidos para originarem formas especializadas de intervenção na sociedade como sejam a Economia e o Estado. Tais sistemas de acção racional-teleológica regulam-se por modelos de acção instrumental ou estratégica., sendo a Economia e o Estado as formas paradigmáticas de configuração sistémica.

Finalmente, o mundo da vida emerge, na tradição fenomenológica como “o mundo da experiência real ou possível”. (Husserl, 1967: 57) que integra um tipo de verdades situadas, “prático-quotidianas.” (Husserl, 1967: 150). Mundo da vida social», «mundo do senso comum», «mundo da vida quotidiana», ou «mundo quotidiano» acabam por ser expressões variantes para o mundo experimentado pelo agente social. Evidencia-se antes de mais como um mundo intersubjectivo comum a todos, no qual predomina não o interesse teórico mas um interesse fundamentalmente prático e que, por isso, se oferece primeiro a uma abordagem pragmática e só secundariamente, a uma atenção reflexiva (Schutz, 1976: 72).

A manutenção dos equilíbrios entre estes três domínios, longe de ter atingido a perfeição, constitui o cerne das dinâmicas sociais contemporâneas, as quais oscilam em composições diferenciadas entre eles: tradição e integração cultural, desenvolvimento económico, político e administrativo verificado com a secularização e necessidade de participação cívica e da intervenção nos processos democráticos de deliberação e na atribuição de legitimidade às decisões tomadas no âmbito do sistema político. Encontramo-nos assim, diante da expressão acabada daquilo que Alfred Schutz (1962.

340 e seguintes) considerava serem províncias de significado finito, caracterizados por estilos cognitivos diferenciados: o mundo da vida, onde predomina um saber baseado em receitas típicas, o sistema onde prevalecem saberes periciais e cognitivos, a esfera pública onde prevalece uma racionalidade de natureza crítica centrada na intervenção cívica.

A necessidade de uma racionalidade teleológica, centrada na eficácia, garante os níveis de bem-estar e de satisfação das necessidades adequadas a uma sociedade moderna. O desenvolvimento sistémico está associado ao desenvolvimento da modernidade, em especial da modernidade tardia. Porém, a hipertrofia sistémica provoca uma série de risco, nomeadamente o da sujeição da sociedade civil aos perigos derivados da lógica autónoma dos mecanismos de poder administrativo-estatal e das forças da economia e do mercado.

O mundo da vida como espaço da tradição e da transmissão cultural impede-nos de avançar sem conhecer o terreno, já que implica uma elevada familiaridade e uma escassa reflexividade. Porém, também pode originar uma concepção excessivamente comunitarista da de identidade e uma vivência regressiva da cultura tradicional.

Finalmente o espaço público é o lugar do debate e da argumentação, aberto ao cosmopolitismo e à intervenção cívica. Porém, pode encontrar outros mecanismos de exclusão que advém de uma articulação mais fina entre público e privado.

IV

As dinâmicas sociais do jornalismo explicam-se pela sua relação com estas três instâncias. Na era do capitalismo organizado, com a concentração e a incorporação de capital, com a expansão produtiva e tecnológica e a organização de mercados de consumo de massa, o jornalismo industrializou-se afirmando-se como um dos principais canais de distribuição e produção de cultura através de empresas especializadas dotadas de mecanismos e de constrangimentos narrativos definidos no âmbito de enquadramentos institucionais e organizacionais. A racionalidade burocrática que triunfa nos novos modelos de gestão e de administração, no surgimento de profissões especializadas, exige práticas standardizadas e convenções profissionais estabilizadas. A constituição do jornalismo industrial implicou o conhecimento de práticas standardizadas adaptadas à produção eficaz de mercadorias por parte de uma indústria,

práticas estas que reflectem os constrangimentos, normas e visões do mundo que integram a cultura empresarial e editorial da instituição mediática em geral e de cada *medium* em particular. As normas profissionais decorrem, afinal, da natureza industrial desta actividade, da qual resultam *as* tendências generalizadas para fazer prevalecer o mercado como principal regulador das indústrias culturais. Nesse sentido, não será estulto atribuir à sua reconfiguração no interior da forma de racionalidade industrial e utilitarista triunfante no final do século XIX, uma parte das transformações que se fazem sentir ao nível do enunciado. O saber jornalístico trouxe, desde então, dentro de si uma ambição de objectividade que pressupõe a hegemonia do uso cognitivo da linguagem e a atribuição do monopólio desta forma de saber a instituições e profissões especializadas. Isto será verdade, em especial para as “*hard news*”, isto é para as notícias que seguem o estilo canónico da linguagem factual e objectiva. “Surge na dimensão axiológica do jornalismo uma ideal de focalização externa – objectiva, sem interferência – em particular na separação entre factos e comentários” (Ponte, 2004: 289). A objectividade afirmou uma pretensão à validade acerca dos enunciados sobre o mundo, que se traduziu na insistência de uma prática discursiva que oblitera as marcas da enunciação, na adopção rigorosa de normas que se consideram como as mais adequadas ao relato objectivo do mundo. O esquematismo discursivo resultante passou a relacionar-se profundamente com as normas e os hábitos que estruturam o funcionamento do campo jornalístico como indústria.

Apesar desta sua origem relacionada com transformações do mercado e do sistema político, o jornalismo não escondeu a sua associação profunda com o mundo da vida. Dar notícias, relatar a actualidade é, de certo modo, falar da sociedade e da forma como esta se identifica e fala de si própria. O relato dos acontecimentos assume-se como uma forma de controlo da actualidade, de assegurar as grandes regularidades, de reforço da atitude natural com que o homem procede no mundo da vida, assegurando as suas ambições e projectos. Relatar o que é excepcional é dizer o que é normal que aconteça. Dizer o que normalmente acontece é proferir um discurso sobre o sistema de crenças e de valores que integram a axiologia comunitária. A intriga jornalística passou a organizar o mundo em função da nova utilização da cultura. Continuou, todavia, a pressupor a existência de um conhecimento prévio, de pré-conceitos sobre o que é a norma e o desvio no seio de uma comunidade. Manteve uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o

próprio conceito de novidade – até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu receptor privilegiado e protagonista preferencial. O jornalismo e a recepção das suas mensagens mantiveram-se associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformassem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se encontram nesse mundo: trata-se de escrever para o homem da rua, de delinear os horizontes das suas angústias, fantasmas e preocupações. Aplicando este raciocínio ao jornalismo em que predomina o saber narrativo, ele surge como uma certa configuração de sentido dotado de uma intriga que confere inteligibilidade e unidade a acontecimentos desligados entre si. Assim, e “o fundo arcaico do jornalismo” terá sobrevivido sob a forma de uma poética que adquiriu nalguns casos uma contaminação mais acentuada de recursos estilísticos provenientes da literatura popular até porque existiam motivos de natureza social que evitavam que o jornalismo se confinasse ao registo, ao relato objectivo, seco e factual. Muitas das peças dramáticas e sensacionalistas apropriaram-se dos conceitos da poética, transformados que foram em convenções de fácil leitura. Para tal contribuiu a possibilidade de acesso das classes populares às narrativas jornalísticas, quer graças à descida do preço dos jornais quer graças ao aumento de alfabetização. Os jornais por isso mesmo permitiram a erupção de géneros centrados no rosto humano, de certa forma sucedâneos de outras formas de expressão cultural onde se dava livre curso à expressão de emoções.

Finalmente, o funcionamento geral do modelo democrático de deliberação não deixou, antes pelo contrário, de implicar que se generalizasse, no espaço público, em parte graças à mediatização e especialização crescentes, a presença do fenómeno da influência – como uma forma simbólica generalizada de comunicação. Para Habermas,

“os cidadãos comportam-se como um público quando dialogam sem restrições – ou seja, com a garantia de liberdade de associação e de reunião e de exprimirem em público as suas ideias – acerca de assuntos de interesse geral. Num público de grande dimensão este modo de comunicação exige meios específicos para transmitir informação e influenciar os que a recebem. Hoje, jornais e revistas, Rádio e TV são os meios da esfera pública. Apenas quando o exercício do controlo político é efectivamente subordinada à exigência democrática de que a informação seja acessível ao público, a esfera pública ganha uma influência institucional sobre o Governo através dos corpo legislativo”(Habermas, 1974 apud Calhoun: 1996:289).

Se olharmos o espaço mediático como uma instância de competição na luta pela

definição e a construção da realidade social, o problema do acesso aos *media* torna-se merecedor de uma aturada reflexão, já que sem eles, não faria sentido falar em decisão democrática.

O discurso mediático, em geral, e o jornalismo, em particular, vivem, assim, entre várias propostas: a proximidade do mundo da vida e do senso comum; a pressão do mercado e do poder, e dos compromissos impostos pelos *media* sistêmicos; o desejo de liberdade e o exercício de racionalidade crítica que caracterizam o espaço público e a problemática moderna da legitimidade da decisão. Oscila-se assim entre a informação dirigida ao homem comum, a troca de opinião, a pluralidade na circulação de mensagens e a onnipresença do entretenimento consumista.

Os *media* tornaram-se o lugar de tendências ambivalentes e paradoxais, aparentemente contraditórias e dificilmente conciliáveis. Por um lado, assiste-se à crescente concentração do controlo dos *mass media* por parte de cada vez maiores cadeias e conglomerados empresariais, processo que conhece uma aceleração crescente. Por outro lado, verifica-se a proliferação de suportes, desde as publicações especializadas à diversificação de canais de televisão, *zines*, jornais comunitários, ou *websites*. A ideia de ambivalência é fundamental para pensar a história e a realidade presente da comunicação, nomeadamente em termos éticos. Está presente desde logo na definição e discussão permanente dos critérios reguladores do discurso público: dividido entre a legítima aspiração à sua afirmação autónoma e as ameaças de instrumentalização, com origem, desde logo, nas duas principais instâncias de decisão das sociedades modernas – o mercado e o Estado (cfr. Esteves, 1998: 25).

Desde logo, apesar de todos os riscos, as transformações verificadas na circulação de informação trouxeram consigo a descoberta de novas possibilidades mesmo que à custa da omissão de outras: nomeadamente, pode permitir a formação de *media* comunitários, ligados a comunidades, espaços públicos e movimentos de interesses específicos, elaborados por membros que procuram através deles obter mais força política, maior poder de negociação, mais impacto e visibilidade. Muitas destas possibilidades, nalguns dos seus usos múltiplos, nem sempre virtuosos, poderão passar pela atribuição de relevância a temas geralmente ocultos, alterando a função de agendamento graças ao impacto produzido junto dos próprios *media* de massa.

Os *media* não conseguem viver ao abrigo das possíveis contradições que os atravessam,

designadamente por despoletarem e amplificarem novas pretensões de validade (Habermas, vol. II, 1987-b: 429-430). Os meios de comunicação social confrontam-se com interesses conflitantes entre si, vendo-se obrigados a procurar integrar pontos de vista económicos, culturais, profissionais, ideológicos e políticos. Os *media* informativos não podem furtar-se às obrigações que resultam dos imperativos que conduziram à consolidação do jornalismo. Como tal, não podem, assim, corresponder, ao menos na totalidade, aos *standards* mais grosseiros da cultura de massa.

“Por maiores que possam ser as afinidades entre os *mass media* e os *media* funcionais de regulação (essencialmente, o dinheiro e o poder), os primeiros guardam uma especificidade própria, resultado do seu irredutível carácter simbólico e linguístico. Eles inscrevem-se, em última instância, no universo sócio-cultural, obedecem às exigências da intercompreensão e, nesta medida, a sua lógica de funcionamento nunca pode ser estritamente (nem predominantemente) sistémica e funcional” (Esteves, 1995: 98).

Encontramo-nos perante “uma lâmina de dois gumes no que respeita a implicações éticas”(Esteves, 1998: 24). Apesar de serem, assim, empresas que implicam normas rígidas de especificação produtiva destinadas a conseguir a melhor adequação possível entre os seus produtos e as necessidades do mercado, os *media* geram espaços onde se confrontam pretensões de validade conflitantes que contribuem, de modo decisivo, para equacionar a legitimidade do sistema político.

Finalmente, a selecção dos temas não é definida apenas pela emissão, de acordo com uma visão conspirativa e manipulativa da cultura. Ela é também igualmente exercida pelo público ao nível da recepção, pela escolha entre os programas oferecidos, e em especial, pela possibilidade de os públicos, expressarem eles próprios interpretações conflitantes e afirmações em defesa do reconhecimento de identidades excluídas e de formas de vida e de problemáticas esquecidas e ignoradas. Por outro lado, de um modo ainda mais simples, a visibilidade dos temas agendados pelos *media* e a configuração que lhes é conferida pelas visões do mundo dos jornalistas organizados enquanto comunidade interpretativa também se confronta com a opinião do cidadão comum na sua vida quotidiana, com as opiniões e interpretações que circulam nos espaços informais.

Na emergência de uma configuração mais complexa do espaço público – certamente bem diferente dos ideais racionalistas kantianos – a multiplicação de pretensões de validade conflitantes faz emergir pretextos para a crítica. O próprio jornalismo tem de

encarar um fenómeno novo: o poder dos *media* tornou-se um dos temas objecto de atenção, interesse e controvérsia na esfera pública, gerando fenómenos diversos curiosos no que respeita à sua própria avaliação e funcionamento. Desde logo, verifica-se uma apetência generalizada das elites políticas e académicas para produzirem, com alguma recorrência, reflexão sobre essa matéria. Surge uma tendência da sociedade civil para promover o debate sobre o tema da cobertura mediática. A visibilidade dos temas agendados pelos *media* e a configuração que lhes é conferida pelas visões do mundo dos jornalistas organizados enquanto comunidade interpretativa também se confronta com a opinião do cidadão comum na sua vida quotidiana, a qual se difunde através de espaços informais.

De um lado, dos cidadãos comuns, existem formas de comunicação informal, ocasional, directa e espontânea, que funciona como um elemento natural de politização mas que fica muitas vezes limitada a círculos restritos de participantes e que não conseguem alcançar a mediatização. Do outro lado, das elites, existem formas de comunicação política subtraídas deliberadamente ao espaço público e que se confinam à troca de informações confidenciais entre jornalistas, políticos e alguns círculos académicos.

Porém, em democracia, as fronteiras entre aquelas duas formas de comunicação e o próprio espaço pública revelam a existência de vasos de comunicação bem mais eficazes do que as teorias mais apocalípticas e deterministas afinal profetizavam: a opinião aparentemente periférica do senso comum pode alcançar uma centralidade que era insuspeita e influenciar a percepção das mensagens mediáticas e pode, ocasionalmente, tornar-se politicamente relevante. Ao mesmo tempo, a política de segredo das elites confronta-se com as contradições que se verificam entre elas, com lógicas de interesses conflituais e com a voracidade dos *media* e as pressões da opinião pública. O problema da credibilidade emerge em contraponto à política do segredo. No plano da Economia, grandes empresas (Parmalat, a *Living Omnimédia*, a *Eron* ou a *Royal Dutch Schel*, *Banco Comercial Português*) são objecto de investigações judiciais que conduzem a prisões ou a investigações jornalísticas que conduzem a quedas na bolsa e à demissão de Presidentes.

A força do jornalismo ao suportar estas contradições que resultam da sua própria posição como instituição social nas suas relações com outras instituições sociais só pode todavia, compreender-se em toda a sua inteireza, se o próprio enunciado jornalístico for estudado como uma estrutura onde essas contradições se reflectem. A força democrática do jornalismo reside no facto de a sua posição social se traduzir numa epistemologia que reúne formas diversas de conhecimento da realidade num texto único. Nesse sentido, ele pode ser a ponte que abre realidades múltiplas, permitindo ao homem da rua transitar elas com sobressaltos mas com a harmonia possível que as sociedades culturalmente fragmentadas permitem.

Dois percursos particularmente interessantes configuram-se como horizontes para a visitação do jornalismo, revelando-se como particularmente eficazes para poderem lidar com alguns traços estruturantes dos enunciados típicos das sociedades tardo-modernas: um é a noção de enquadramento e a sua ligação com a ideologia, pelo facto de se reconhecer nesta abordagem alguns dos elementos essenciais que urge ter em conta para analisar a forma como a imprensa se afirma activamente na construção social da realidade. Procedendo a uma análise da tradição dos estudos de *frame*, a operação de construir um *frame* é entendida como uma ideia central organizadora do conteúdo das notícias, através da selecção, ênfase, e exclusão (Reese, 2003, p.1). O conceito de enquadramento refere-se à selecção de determinados aspectos de uma realidade percebida, tornando-os mais salientes conferindo-lhes mais destaque no texto, de modo a enfatizar uma determinada solução do problema, uma determinada interpretação da causa do acontecimento e uma determinada avaliação moral.

O enquadramento surge, pois, como uma moldura para o campo de visão, como uma ideia central e organizadora que configura a percepção do acontecimento, dando mais visibilidade relativa a uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações, causais e até avaliações normativas sobre o evento reportado. Originalmente formulado por Goffman (1976), o conceito de enquadramento, ou *frame*, refere-se ao uso de quadros interpretativos construídos socialmente e que, ao colocarem os indivíduos sob referências partilhadas, lhes permitem dar sentido às relações sociais. A teoria de Goffman constituiu um marco importante no desenvolvimento do conceito, designadamente ao proporcionar a sua definição de como padrão persistente de selecção, apresentação, ênfase e interpretação de eventos através dos quais os jornalistas

organizam a sua representação discursiva (Gitlin, 2003). No limite, o enquadramento pode mesmo apresentar-se como uma estrutura profunda que remete para um substrato ideológico mais abrangente que contém instrumentos para a avaliação de uma situação (Silveirinha, 2005). Finalmente, a noção de enquadramento permite a sua articulação com a ideia de interpretação, ultrapassando assim os elementos mais redutores da sua rival teoria do agendamento. Permite, ainda, articular-se com os problemas da criação de sentido no interior de uma determinada cultura ou ideologia.

Uma segunda linha de investigação do enunciado jornalístico revelou-se particularmente profícua. A análise da imprensa e das notícias pode resultar também de um estudo acerca da forma como as múltiplas realidades se reflectem nos enunciados, quais os estilos predominantes na abordagem de uma certa realidade e quais os dispositivos retóricos e estratégias discursivas que lhe estão associados, quais os personagens e as acções que habitam as “estórias” exemplares que retratam cada realidade específica. Neste sentido se dirigem também um conjunto de investigações que apontam para o recurso a conceitos introduzidos pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, como sejam os de dialogismo e heteroglossia. Estes conceitos remetem para a pluralidade de vozes que se dão a conhecer no interior de textos e enunciados, apontando para a linguagem como espaço de intensa luta ideológica, onde ressoam uma pluralidade de discursos e palavras estranhas, movida por intenções e por constrangimentos sociais sistémicos diversificados, com material retórico heterogéneo que intervém nos diversos géneros discursivos (Downing, 2001: 47; Bakhtin, 1981: 297; Gardiner, 2004: 28). Tal relação ecoa desde há muito nos chamados Estudos Culturais: em Douglas Kellner, por exemplo, argumenta-se a necessidade de se convocar uma certa forma de perspectivismo que consiste em tomar em conta as múltiplas formas de dominação e de opressão dispostas de um modo reticular e que preenchem, transversalmente, as sociedades modernas. Tal se traduziria no multiculturalismo crítico:

“A abordagem multicultural crítica, a nosso ver, implica a análise das relações de dominação e de opressão, do modo de funcionamento dos estereótipos, da resistência por parte de grupos estigmatizados a representações dominantes e da luta desses grupos pela sua própria representação contra representações dominantes e distorcidas, no sentido de produzir representações mais positivas” (Kellner, 2001: 126).

Stuart Hall, em 1973 procurou contrariar as tendências que buscavam no jornalismo leituras unilaterais e dirigidas, afirmando que um mesmo texto era capaz de

proporcionar variadas leituras a audiências diversificadas e momentos diversos da sua circulação. No texto *Encoding/Decoding* propôs um modelo de codificação/descodificação dos discursos dos *media*, referindo-se expressamente às notícias. Segundo a proposta apresentada naquele ensaio, o texto dos *media* localiza-se entre os seus produtores que lhe definem o sentido, e a audiência que o descodifica. Quer a codificação quer a descodificação do texto mediático se desenvolvem de acordo com as diferentes situações de natureza social e cultural que circundam seja produtores seja a audiência, emergindo, conseqüentemente, diversos quadros de interpretação possível. (Stuart Hall, 2002: 51-52). Por isso, uma das questões que é insistentemente colocada pelos estudos culturais é a de conhecer a forma como o sistema dos *mass media* se articulam com outras estruturas e instituições sociais. Num sentido próximo, Hartley retoma o conceito cunhado por Bakhtine segundo o qual os signos são condicionados pela forma de organização social em que os participantes se envolvem mas também pelas condições imediatas da sua produção. A vida dos signos nesta lógica, é também um campo de confronto social e ideológico.

Referências bibliográficas

Arato, A., e Cohen, J., *Civil society and political theory*. Cambridge: MIT Press: 1995.

Arendt, H., *The human condition*. Chicago: Chicago University Press: 1986.

Bakhtin, M., *The dialogic imagination*. Austin: The university of Texas Press: 1981.

Bakhtine, M., *Estética da criação verbal*. 73.ed. São Paulo: Martins Fontes: 2000

Blumer, J. e Gurevitch, M., «Linkages between mass media and politics» in *The Crisis of Political communication*. Londres: Routledge: 1995:

Blumer, J. e Gurevitch, M., *The Crisis of Political communication*. Londres: Routledge: 1995

Downing J. D. H. *Radical Media : rebellious communications and social movements*. Thousand Oaks, London, New Delhi: SAGE: 2001.

Esteves, J. P., «Novos desafios para uma teoria crítica da sociedade» in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.ºs 21-22, Comunicação e política. Lisboa: Cosmos: 1995

Esteves, João Pissarra, *A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: 1998

Gardiner, M., «Wild publics and grotesque symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and public sphere», in Crossley, Nick e Roberts, John Michael (Eds.), *After Habermas: new perspectives on public sphere*, Oxford: Blackwell Publishing: 2004.

Gurevitch, M., e Blumer, J. G. «A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação da BBC» in Nelson Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa, Veja: 1993

Gitlin, T. *The Whole World is Watching You*. University of California Press: 1980

Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, Vol. III. Torino: Einaudi: 1997

Habermas, J., *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1982

Habermas, J., *Ciência e Técnica como «ideologia»*. Lisboa: Edições 70: 1987

Habermas, J., *Théorie de l’agir communicationnel*, 2 vols.. Paris, Fayard : 1987

Habermas, J., *Between facts and norms*. Cambridge: MIT Press: 1996

Hall, S., «Encoding/decoding» in Paul Harris, Paul e Sue Thornham (Eds.), *Media studies*. Edimburgh University Press: 2002

Hartley, J. *Understanding News*. Londres: Routledge: 1991.

Husserl, E., *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris : Gallimard : 1967

Kellner, D., *A cultura da mídia - Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. São Paulo: EDUSC: 2001

Luhmann, N., *Legitimação pelo procedimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: 1980.

Luhmann, N., *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Vega: 1992

Ponte, C., Leituras das notícias. Lisboa, Horizonte, 2004.

Reese, S., Framing Public Life. London, New Jersey: Lawrence Erlbaum : 2003

Schudson, M., Discovering the news. New York: Basic Books: 1978

Schudson, M., The Sociology of News. London New York: W.W Norton & Company:
2003

Schütz, A., Collected papers, the problem of social reality, Vol. I. The Hague, Martinus
Nijhoff: 1962

Schütz, A., Collected papers, studies in social theory, Vol. II. The Hague: Martinus
Nijhoff.: 1976

Schütz, A., Collected papers, studies in phenomenological philosophy, Vol. III. The
Hague: Martinus Nijhoff: 1975.

Tocqueville, A., De la Démocratie en Amérique, In Oeuvres, Vol. II. Paris : Gallimard :
1992.

Tuchman, G., Making news: a study in the construction of reality. New York: Free
Press: 1978

Tuchman, G., «A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de
objectividade dos jornalistas», in Nelson Traquina (Org.), Jornalismo: questões, teorias e
“estórias”. Lisboa, Vega: 1993

Tuchman, Gaye (2002), «As notícias como realidade construída» in Esteves, João
Pissarra (2002), org., Comunicação e Sociedade, Lisboa, Horizonte.